18 de Maio, e o estabelecido nos artigos 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo:

	Valores
1) José Eduardo Fernandes de Mendonça Esteves da Silva ...	14,8
2) António João Pereira dos Santos Beirão Amador	13,7
3) Sílvia Sofia Dinis Cardoso Marques Afonso	12,7
4) Gonçalo Manuel Rocheta Cassiano Gomes dos Santos ...	12,6
5) Maria Alexandra de Assunção Neto de Carvalho	11,3
6) Maria Cristina da Rocha Resende Bernardo	11,2
7) Vera Lúcia da Costa Pereira Brites Alpendre	11,1

Da homologação cabe recurso hierárquico, com efeito suspensivo, a interpor para o Ministro da Saúde, nos termos do artigo 35.º, secção VII, do regulamento anexo à Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro, e entregue no Serviço de Recursos Humanos do Hospital de D. Estefânia, Rua de Jacinta Marto, 1169-045 Lisboa, no prazo de 10 dias úteis, contados nos termos do mesmo artigo.

11 de Janeiro de 2006. — Pelo Conselho de Administração, a Vogal Executiva, *Fernanda Gíria*.

Aviso n.º 2043/2006 (2.ª série). — *Concurso público de acesso para a categoria de enfermeiro-chefe, grau 3, do quadro de pessoal do Centro de Saúde Mental Infantil e Juvenil de Lisboa.* — Para conhecimento dos interessados e devidos efeitos, faz-se pública a lista de classificação final dos candidatos ao concurso em epígrafe, para o quadro do Hospital de D. Estefânia, devidamente homologada por deliberação do conselho de administração do Hospital de D. Estefânia de 4 de Janeiro de 2006, cujo aviso de abertura foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 266, de 18 de Novembro de 1987 (após decisão do tribunal de 19 de Outubro de 1995), após ter sido cumprido o disposto no n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, de 18 de Maio, e o estabelecido nos artigos 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo:

	Valores
1) Teresa de Jesus Alves	11,22
2) Raquel Maria Paulo de Figueiredo	11,22
3) António Maria Gonçalves Coutinho Ramos	11
4) Maria Celeste Roque Gavinhos Jesus	10,8
5) Agostinho da Silva Soares	10,8
6) Maria d'Assunção Ferreira Martins Coelho Pereira Duro	10,75
7) Maria Luzia Bernardo Rocha	10,65
8) Maria Teresa Pinto Cabrita	10,5
9) João Carlos Borges Monteiro	10,5
10) Maria Isabel Ilídio Caetano	10,5
11) Maria Antonieta Araújo	10,5

Da homologação cabe recurso hierárquico, com efeito suspensivo, a interpor para o Ministro da Saúde, nos termos do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, e entregue no Serviço de Recursos Humanos do Hospital de D. Estefânia, Rua de Jacinta Marto, 1169-045 Lisboa, no prazo de 10 dias úteis contados nos termos do n.º 3 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro.

11 de Janeiro de 2006. — Pelo Conselho de Administração, a Vogal Executiva, *Fernanda Gíria*.

Hospitais da Universidade de Coimbra

Rectificação n.º 237/2006. — *Concurso n.º 200535 — enfermeiro-supervisor.* — Por ter saído com inexactidão o aviso referente à abertura do concurso em epígrafe, divulgado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 217, de 11 de Novembro de 2005, rectifica-se que onde se lê «2 — Prazo de validade — o concurso é válido para os lugares indicados e para os que se vierem a verificar no prazo de um ano.» deve ler-se «2 — Prazo de validade — o concurso é válido para os lugares indicados e para os que se vierem a verificar no prazo de dois anos, conforme o artigo 23.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro.».

2 de Fevereiro de 2006. — Pela Directora do Serviço de Pessoal, (*Assinatura ilegível*.)

Hospital Distrital de Faro

Aviso n.º 2044/2006 (2.ª série). — *Seleção de cargo de direcção intermédia — chefe de divisão do Gabinete Jurídico e de Contencioso.* — 1 — Nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, faz-se público que, por deliberação de 25 de Janeiro de 2006 do conselho de administração deste Hospital, se encontra aberto procedimento concursal de selecção para provimento, em comissão de serviço, do cargo de chefe de divisão do Gabinete Jurídico e de Contencioso deste Hospital.

2 — Compete ao chefe de divisão do Gabinete Jurídico e de Contencioso para além do exercício das funções definidas para o cargo constantes no n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, as seguintes funções:

- Assegurar a assessoria jurídica ao conselho de administração e demais serviços da instituição;
- Elaborar pareceres, informações e estudos de natureza jurídica relativamente às questões que lhe são colocadas no âmbito da actividade do Hospital Distrital de Faro;
- Proceder à análise e colaborar na elaboração de regulamentos internos dos serviços;
- Verificar a regularidade e legalidade dos contratos, protocolos e outros acordos celebrados pelo Hospital;
- Emitir pareceres quanto à regularidade formal dos processos de averiguação e disciplinares, existência material dos factos, sua qualificação ou não como infracção disciplinar, circunstâncias da infracção, sua gravidade e aplicação e graduação das penas disciplinares;
- Assegurar o exercício do mandato judicial e representação da instituição em processos em que a mesma é parte;
- Elaborar respostas às reclamações bem como aos recursos hierárquicos e contencioso administrativo, em colaboração com o órgão de gestão;
- Proceder à análise e elaborar propostas de resolução de facturação remetidos pelos serviços financeiros;
- Proceder à análise da viabilidade do recurso à cobrança da facturação em dívida;
- Promover a cobrança judicial das dívidas hospitalares, instaurando os respectivos processos e procedendo a todas as diligências processuais no âmbito dos mesmos;
- Proceder à análise da viabilidade de reclamação dos créditos hospitalares através dos pedidos de indemnização cível.

3 — Requisitos legais de provimento — nos termos do disposto no artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

4 — O perfil pretendido é o seguinte:

- Licenciatura em Direito;
- Possuir competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo;
- Capacidade de liderança, motivação e organização;
- Possuir experiência comprovada na área funcional do cargo a prover.

5 — Métodos de selecção:

- Avaliação curricular;
- Entrevista pública.

6 — Candidatura:

6.1 — Os candidatos deverão formalizar as suas candidaturas através de requerimento dirigido ao presidente do conselho de administração do Hospital Distrital de Faro, a entregar pessoalmente no Serviço de Expediente Geral, sito na Rua de Leão Penedo, 8000-386 Faro, ou a remeter pelo correio, em carta registada e com aviso de recepção, no prazo de 10 dias úteis contados a partir da data da publicação do aviso na bolsa de emprego público. No requerimento devem constar os seguintes elementos:

- Identificação completa (nome, filiação, naturalidade e nacionalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço que o emitiu, situação militar, residência, código postal e telefone);
- Habilitações literárias.

6.2 — Os requerimentos de admissão ao concurso deverão ser acompanhados da seguinte documentação:

- Três exemplares do *curriculum vitae*;
- Documento comprovativo das habilitações literárias;
- Documento comprovativo das acções de formação profissional em que participaram;
- Declaração actualizada, emitida pelo organismo a que o candidato está vinculado, da qual constem a categoria actual, o serviço a que pertence, a natureza do vínculo e a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública;
- Outros documentos instrutórios do *curriculum vitae* que comprovem as declarações prestadas pelo candidato.

7 — Composição do júri:

- Licenciado Victor Manuel Gonçalves Ribeiro Paulo, administrador hospitalar de 1.ª classe do Hospital Distrital de Faro, que preside;